



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10055 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

“VOCÊS SÃO LIVRES, MAS EU LHES ANUNCIO QUE DEUS CONDENA”:
PERTENCIMENTO RELIGIOSO E QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA
ESCOLA

Antonio Jeferson Barreto Xavier - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

**“VOCÊS SÃO LIVRES, MAS EU LHES ANUNCIO QUE DEUS CONDENA”:
PERTENCIMENTO RELIGIOSO E QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE
NA ESCOLA**

RESUMO: Ao longo da história da Educação, a religião esteve presente de diferentes formas, normatizando, regulando e, mesmo depois da separação Igreja-Estado, da *laicização* e secularização das sociedades, as marcas dos discursos religiosos atravessam as instituições e a cultura escolar. O trabalho apresenta as primeiras conclusões de uma pesquisa em andamento que objetiva analisar de que modo as conexões entre masculinidades e pertencimento religioso produzem um jeito próprio de exercício da docência em um município do interior da Bahia. Articulando as categorias pedagogia do silêncio e proselitismo religioso, é possível concluir, a partir do percurso investigativo já realizado, que o fazer docente desses professores é atravessado pelo discurso religioso, o que produz diversas violações de direitos dos/das estudantes.

Palavras-chave: Pertencimento Religioso, Gênero, Masculinidades, Formação docente.

1.Primeiras preces

Vivemos um contexto de interdição das palavras gênero e sexualidade em documentos como os Planos Municipais e Estaduais de Educação. Também, assistimos ao fechamento de exposições, com perseguição a artistas. Na política, se constata o aumento em quase 50% da chamada “bancada da bíblia” no parlamento nacional, além do aumento expressivo de religiosos nos demais poderes legislativos. Na Educação, vemos o cerceamento à liberdade de ensinar provocada por movimentos como Escola sem Partido, “Ideologia de Gênero” e o MBL, que são normalmente liderados e/ou apoiados por evangélicos, mas também por católicos que, aliados a outras forças, tendem ao fundamentalismo religioso, alimentam o fascismo cotidiano e atestam o inegável fortalecimento dos discursos religiosos.

No título deste resumo está uma frase dita por professor evangélico, que é informante

de pesquisa em andamento, relatando como lida com as questões de gênero e sexualidade em uma escola pública no interior da Bahia. Emergindo na vida social como um importante elemento na constituição das identidades e das normas, a religiosidade se dá envolta a grandes disputas e relações de poder. Castro (2009) explica que a norma, para Foucault, afeta todos os atos e condutas individuais para além do permitido/proibido, sendo um campo de comparação e de diferenciação que estabelece o normal. Segundo ele, é a partir do entrelaçamento de saber e poder, característico do funcionamento das instituições disciplinares, que a norma se forma. Assim, a escola, enquanto instituição disciplinar e instância de normalização, é instância disputada por todas as vertentes políticas e organizações nos últimos séculos. Ela também é instrumento do olhar panóptico normatizador dos professores homens com pertencimento religioso.

Mesmo com o avanço dos princípios da laicidade do Estado, no que diz respeito à escola podemos pensar que há uma herança no imaginário social da figura do professor-sacerdote e da presença da religião como elementos de combate à desordem social. Nessa pesquisa, suponho que o pertencimento religioso dos professores homens pode ser visto como importante ferramenta no combate daquilo que hoje é considerado por algumas religiões um foco de desordem social: as questões de gênero e sexualidade. Assim, há uma constante conexão entre cultura escolar e religião, como já registrado por Meyer (1999) em sua pesquisa sobre as marcas diferenciadoras inscritas pelo protestantismo para a docência. Assim como o futebol e o torcer, que para Bandeira (2019) são entendidos como importantes textos no currículo das masculinidades, vejo o pertencimento religioso como um conteúdo que ocupa grande espaço na formação docente dos meus informantes. E para eles o currículo, compreendido como conjunto de ensinamentos, investimentos, pedagogias culturais, discursos e disputas, é terreno do exercício do discurso religioso.

As conclusões parciais deste trabalho foram produzidas na pesquisa que se projeta encerrar em 2022, e que analisa de que modo as conexões entre masculinidades e pertencimento religioso produzem um jeito próprio de exercício da docência em um município do interior da Bahia. Para tanto, um conjunto de objetivos específicos foi traçado, a exemplo: a) investigar as intersecções entre religiosidade, gênero, sexualidade, masculinidades e docência; b) analisar como o pertencimento religioso produz a pedagogia do silêncio em torno a temas de gênero e sexualidade, a atualização do poder pastoral e o proselitismo religioso nas escolas; c) mapear quais são os recursos utilizados por esses professores para reafirmarem e produzirem masculinidades e feminilidades ancoradas em valores bíblicos.

A pesquisa se inscreve no campo dos Estudos de Gênero, nos Estudos Culturais, toma elementos do Pós-estruturalismo e dos Estudos das Masculinidades. Como procedimento de produção de dados, foram realizadas seis entrevistas virtuais e semiestruturadas com professores com pertencimento religioso vigoroso. Das muitas questões, centralizarei as categorias pedagogia do silêncio e proselitismo religioso, pois compreendo, a partir dos resultados colhidos, que os discursos religiosos, sobretudo o cristão, reforçam o silenciamento dos sujeitos que desobedecem às normas de gênero. Também silenciam as temáticas de gênero e sexualidade, que quando muito são abordadas de forma não científica e fora dos ideais republicanos. É possível afirmar que há, portanto, um conjunto de violações, pois os estudantes têm suas identidades desrespeitadas, lhes é retirado o direito de acesso às informações científicas sobre as temáticas de gênero e sexualidade, além de se violar a laicidade do Estado.

2. Deus da cisheteronormatividade em discurso: a pedagogia do silêncio e o proselitismo

na escola

A categoria pedagogia do silêncio dialoga com as definições de silêncio como censura e restrição à fala, trabalhadas por Orlandi (1995) e Ferrari (1997). Na ditadura civil-militar, o silenciamento e a censura eram impostos aos que desafiavam ao regime; na ditadura das relações de gênero e sexualidade, aqueles que são considerados subversivos às normas serão também censurados, silenciados e sofrerão severas punições, inclusive pelo próprio Estado, quando percebemos que a escola se configura como um espaço central de reprodução desses silêncios, perpetrados por agentes públicos. O silêncio produz conhecimentos e atitudes, ensina que não se pode falar.

Compreendendo que o silêncio também fala, destaco a pedagogia do silêncio, acompanhando Orlandi (1995) quando explica que o silêncio não pode ser compreendido apenas como ausência de voz, de palavras. Assim, ele não está fora da linguagem e como essa também diz da construção de subjetividades e relações de poder. Na pedagogia do silêncio há, simultaneamente, coerção e resistência, como destaca a autora, com o que se aproxima do argumento foucaultiano de que não há o exercício do poder sem liberdade e sem resistência. Nessa mesma direção, Ferrari afirma que “silêncio e silenciamento são partes de um mesmo processo de negar a existência de algo ou alguém” (FERRARI, 2011, p. 93). Quem na escola está autorizado a dizer sobre as questões de gênero e sexualidade? Qual discurso a escola legitima? As identidades de gênero e sexualidade que escapam às normatizações gozam do mesmo espaço na escola que as identidades heterossexuais e cisgêneras? E qual a participação dos discursos religiosos nesses processos? Diversos foram os registros das falas dos professores que demonstram o quanto o pertencimento religioso atravessa seu fazer docente e produz a pedagogia do silêncio. Ouçamos o professor Adão, evangélico e docente de Biologia[1]:

eu falo, olha gente eu acredito no sexo masculino e masculino. Eu acredito que o homem foi feito para a mulher e a mulher para o homem, que é o que está lá no Gênesis. Adão e Eva. Homem e Mulher. Minha concepção de sexualidade é isso aí.

Ao ter a bíblia como base para conceber o que é homem e mulher, o professor Adão diz sobre os ideais de masculinidade e feminilidade produzido no discurso religioso, inscritos na cisheteronormatividade e tidos como santos e modelos ideais a serem perseguidos. Louro (2014) destaca os dualismos que são mobilizados quando as abordagens de gênero e sexualidade nas escolas são atravessadas por escolhas morais e religiosas. É estabelecido o saudável/doente, normal/anormal, próprio/impróprio, natural/pecado. A autora sublinha que esses discursos estão explícitos ou implícitos nas políticas curriculares, discursos e práticas. Em entrevista com outro professor, Jacó, evangélico e docente de História, ele reclama sobre o comportamento dos alunos gays “*tem esses alunos que têm essa tendência e que são muito espalhafatosos na sala de aula. Eu chego para ele e falo que ele também tem que se impor respeito*”. O professor parece entender as identidades sexuais e de gênero como “tendências”, o que lembra o discurso da Igreja Católica no documento *Homem e Mulher os criou: para uma via de diálogo sobre a questão do gênero na educação* (2019). Quando o professor fala que o aluno tem que impor o respeito, eu cogitei que ele falava da imposição positiva dos alunos gays perante aos demais. Mas a continuação da sua fala sobre seu aluno nos permite compreender que é no mesmo sentido dos enunciados ouvidos pelas mulheres quando sofrem algum tipo de assédio, ou seja, pela culpabilização da vítima:

Ele era homossexual, mas ele era assim também muito espalhafatoso queria muito chamar atenção, aí eu cheguei para ele, chamei ele no cantinho e falei, olha Jorge, é

o seguinte: você sabe, que no mundo hoje, você, que nós, conseguimos um espaço pela nossa competência, pelo conhecimento. Então você está seguindo um caminho que não é o caminho correto.

Embora o professor Jacó expresse uma preocupação quanto ao processo educativo do seu aluno, ela é acompanhada de uma prescrição de que o menino não precisava ser espalhafatoso e chamar a atenção. Há modos que se esperam de um menino, a escola e a igreja reiteradamente reforçam essa demarcação, policiando qualquer desvio. E ser espalhafatoso, ao que parece, não é um modo aceitável. A pedagogia do silêncio educa a calar-se, a disciplinar os corpos, a conter as mãos, a voz, o andar, o sentar.

A pedagogia do silêncio também falou pelas vozes dos professores Tomé e Jó, que tiveram formação católica. O professor Tomé fala que de modo geral há uma *indiferença e silêncio* na escola sobre essas temáticas, pois *“É mais cômodo ser indiferente!”*. O professor Jó, diferente dos demais, diz que não aborda as questões de gênero por temer ser acusado de doutrinação por parte da família, *“Procuro não discutir porque as pessoas levam muito para o lado pessoal e aí vão dizer que estamos doutrinando”*. Com o avanço dos discursos antigênero, incentivados pelas igrejas evangélicas e católica, gerou-se um pânico moral em torno desses temas e os professores se sentem acuados. Contudo, os demais professores em não se referiram a essa relação com a família ou sobre as perseguições que sofrem os professores que abordam essas temáticas. Essa observação me faz cogitar que o silêncio dos demais professores seja produzido menos por temerem a acusação de doutrinação do que por suas convicções religiosas e visão missionária da docência.

Não é novidade que a escola ao longo dos anos exerce uma pedagogia do silêncio. O que destaque é o fato de que no contexto dessa pesquisa o pertencimento religioso dos professores produz, reforça e naturaliza esse silêncio. Problematizo também o fato de que esses sujeitos são professores, agentes públicos, assim as relações de força e poder produzidas por esse silêncio tomam outros significados. De outras formas exsurge o exercício da pedagogia do silêncio e o proselitismo na escola, a exemplo do entrevistado que afirmou que, além de ensinar os conteúdos, o professor *“tem o papel mais direcionado ao espiritual do aluno”*. Aqui, o professor Adão assume uma postura prosélita ao afirmar: *“esses assuntos assim de gênero, de aborto, pena de morte, eu trago meu pertencimento religioso”*. Conforme Cunha (2018) os professores são, na maioria das vezes, os responsáveis para inserir a religião na sala de aula. O Deus cristão se faz tão presente nas salas de aula, que Valente (2015) nos provoca dizendo que em determinado momento não sabemos se as crianças têm consciência ou não de que não é Deus que está no controle da sala e dos seus comportamentos, mas sim um professor. Para uma das professoras que participou da pesquisa de Valente, a escola é lugar ideal para nortear as crianças para alguma religião. O mesmo parecem pensar os professores que participam desta pesquisa.

3. Preces finais provisórias

O Brasil é, pelo menos desde 1890, laico. Assim, as instituições religiosas e o Estado estão reciprocamente emancipados justamente para que se permita o exercício de todas as religiões, sem qualquer favorecimento ou perseguição, uma vez considerado o direito individual de liberdade de crença e de culto. A relação entre política e religião, ou entre Estado e Igreja, pode representar um empecilho à liberdade. Neste sentido, a separação denota a coexistência das liberdades, e a escola não deve configurar como espaço no qual a laicidade

de diferentes maneiras é violada.

O Estado brasileiro tem um longo caminho até chegar, de fato, a um modelo laico que garanta, indistintamente, a liberdade de religião não apenas em seu sentido estrito, mas também no sentido de os professores enquanto agentes públicos não valerem-se desta prerrogativa, e de todo o aparato que lhes é conferido, para agir de modo que sejam identificados, nas salas e corredores das escolas, o proselitismo religioso e a pedagogia do silêncio.

4. Referências

BANDEIRA, Gustavo A. Uma história do torcer no presente. Curitiba: Appris, 2019.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seu temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CUNHA, Luís A. Confessionalismo versus laicidade no ensino público. In: SAVIANI, Dermeval et al. **Estado e políticas educacionais na educação Brasileira**. Org. Dermeval Saviani. Vitória, ES. Editora: EduFEs. 2011.

FERRARI, Anderson. Silêncio e silenciamento em torno das homossexualidades masculinas. In: FERRAI, Anderson; MARQUES, Luciana Pacheco (Orgs.). **Silêncios e Educação**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011.

MEYER, Dagmar. **Identidades Traduzidas. Cultura e docência teuto-brasileiro- evangélica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995

VALENTE, Gabriela Abuhab. **A presença oculta da religiosidade na prática docente**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2015.

[1] Os nomes dos participantes da pesquisa são fictícios. E todos assinaram o TCLE.